

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

 **in** /fundacaortve rtve.org.br



+55 62 3521-1910 / 3521-1717
rtve.org.br
secretaria@rtve.org.br
financeiro@rtve.org.br

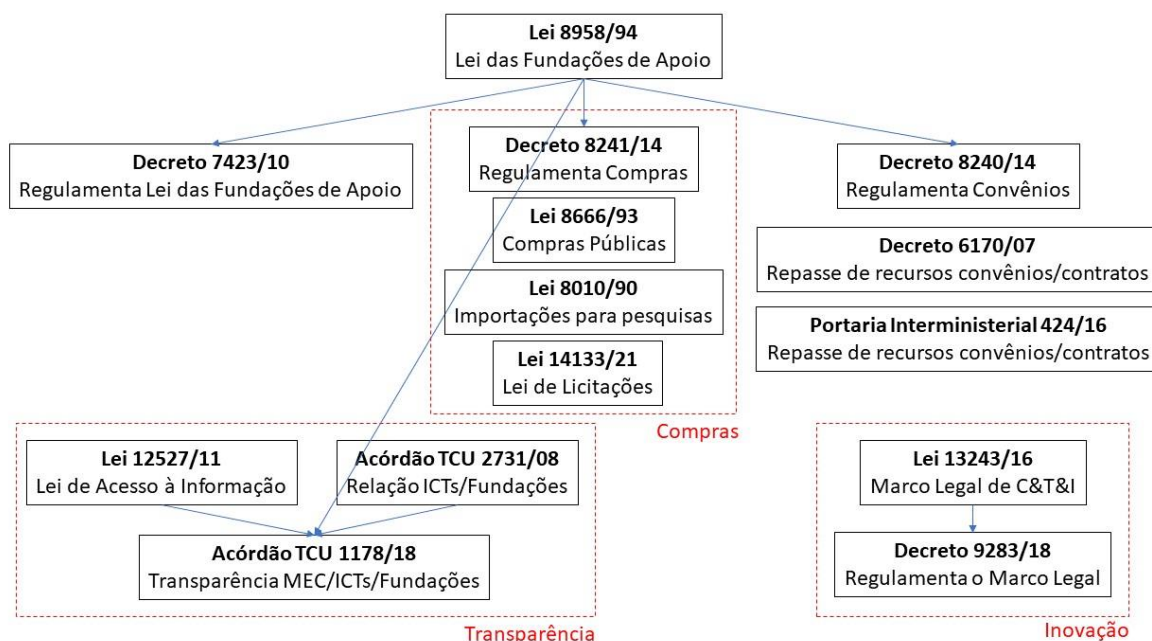
Av. Esperança, s/n
3º Andar Prédio FACE
Campus Samambaia da UFG
74690-900 – Goiânia/GO

SUMÁRIO

1- LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	3
2- LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL.....	7
3- TRATADOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO BRASIL.....	8
4- PROJETOS	9
5- COMPRAS	12
6- LOGÍSTICA	14
7- GESTÃO DE PESSOAS.....	15
8- CONTABILIDADE.....	18
9- JURIDICO.....	20
10- TV.....	23

1- LEGISLAÇÃO NACIONAL

Figura 1 - Legislações principais



Fonte: Blog do Conveniar. Principais legislações que cercam as fundações de apoio. Disponível em: <https://www.conveniar.com.br/blog/principais-legislacoes-que-cercam-as-fundacoes-de-apoi/>. Acesso em: 14 novembro 2022.

- **Lei nº 12.846, de 01 de Agosto de 2013** – Lei anticorrupção.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm

- **Lei nº 12.683, de 09 de Julho de 2012** – Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm

- **Lei nº 4.657, de 04 de Setembro de 1942** – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm

- **Lei nº 20.489, de 10 de junho de 2019** - Cria Programa de Integridade a ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás, e dá outras providências.

Link:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/100700/pdf#:~:text=Cria%20Programa%20de%20Integridade%20a,Art.>

- **Decreto nº 9.406, de 12 de Junho de 2019** – Institui o Programa de Compliance Público no Poder Executivo do Estado de Goiás e dá outras providências.

Link:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/71608/pdf>

- **Decreto nº 7.423, de 31 de Dezembro de 2010** – Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm

- **Decreto nº 11.129, de 11 de Julho de 2022** – Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2022/Decreto/D11129.htm#art70

- **CONSUNI nº 06/2011 de 06 de Maio de 2011**– Disciplina o relacionamento entre a Universidade Federal de Goiás e as Fundações de Apoio à UFG.

Link:

https://sistemas.ufg.br/consultas_publicas/resolucoes/arquivos/Resolucao_CO_NSUNI_2011_0006.pdf

- **Portaria nº 424, de 30 de Dezembro de 2016** –Estabelece normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, revoga a Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011 e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/prt-424-16-m.planejamento.htm

- **Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016.**– Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

Link:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm

- **Decreto nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018.**– Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da

Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

Link:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm

- **Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.**– Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Link:

- **ACÓRDÃO Nº 2731/2008 TCU Plenário.**– Relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio – Obrigatoriedade de prestação de contas.

Link:

<https://conselhocuradores.paginas.ufsc.br/files/2019/01/TCU-ACORDAO-2731-2008-Relacao-entre-a-IFE-e-a-Fundacao-de-Apoio.pdf>

2- LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

- **FCPA** – Lei de práticas de corrupção no exterior.

Link:

<https://www.justice.gov/criminal-fraud/foreign-corrupt-practices-act>

3- TRATADOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO BRASIL

- **OCDE** - Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais – (**Decreto 3.678, de 30 de Novembro de 2000** - Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais).

Link:

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/articulacao-internacional-1/convencao-da-ocde>

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3678.htm

- **OEA** - Convenções internacionais contra a corrupção dos Estados Americanos – (**Decreto 4.410, de 07 de Outubro de 2002** - Convenção Interamericana contra a Corrupção).

Link:

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/articulacao-internacional-1/convencao-da-oea>

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4410.htm

- **ONU** - Convenção das Nações Unidas contra a corrupção – (**Decreto 5.687, de 31 de Janeiro de 2006** - Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção).

Link:

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/articulacao-internacional-1/convencao-da-onu>

Link:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5687.htm

4- PROJETOS

- **Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964** – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

- **Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991** – Política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm

- **Lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994** – Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm

- **Lei nº 10.973, de 02 de Dezembro de 2004** – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm

- **Lei nº 12.682, de 09 de Julho de 2012** – Elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm

- **Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

- **Decreto nº 7.473, de 31 de Dezembro de 2010** –Regulamenta a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio, e revoga o Decreto no 5.205, de 14 de setembro de 2004.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm

- **Decreto nº 8.240, de 21 de Maio de 2014** – Regulamenta os convênios e os critérios de habilitação de empresas referidos no art. 1º-B da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8240.htm

- **Decreto nº 8.241, de 21 de Maio de 2014** – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8241.htm

- **Decreto nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020** – Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm

- **CONSUNI 42/2020** – Disciplina o relacionamento entre a Universidade Federal de Goiás e as suas Fundações de Apoio, revogando a Resolução

Consuni nº 06/2011.

Link:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/349/o/Resolucao_CONSUNI_2020_0010-cerof.pdf

- **CONSUNI 83/2021**– Regulamenta a concessão de bolsas na UFG. Link:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/692/o/Resolucao_CONSUNI_2021_0083.pdf
- **ACÓRDÃO TCU Nº 1178/2018** – Transparência na gestão de recursos públicos.
Link:
https://www.ufscar.br/aceso-a-informacao/relacionamento-com-a-fai-ufscar/fundacoesapoio_acordao_1178_2018_tcu.pdf
- **PORTARIA 121, de Agosto de 2021 - UFG PROAD** – Estabelecer os valores referenciais máximos para o pagamento de bolsas, como previsto na Resolução Consuni no 83, de 28 de maio de 2021 e tendo em conta valores praticados por agências de fomento federais e estaduais.
Link:
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/692/o/Portaria_121_05_de_agosto_de_2021.pdf
- **PORTARIA INTERMINISTERIAL 191, de 13 de Março de 2012** – A fundação de apoio registrada e credenciada poderá apoiar IFES e demais ICTs distintas da que está vinculada, desde que compatíveis com as finalidades da instituição a que se vincula, mediante prévia autorização do grupo a que se refere o § 1º do art. 3º do Decreto no 7.423, de 31 de dezembro de 2010.
Link:
<https://fundmed.org.br/website/wp-content/uploads/2019/04/Portaria-Interministerial-N%C2%BA-191-de-13-de-Mar%C3%A7o-de-2012.pdf>

5- COMPRAS

- **Lei nº 8.010, de 29 de Março de 1990** – Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8010.htm

- **Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

- **Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002** – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm

- **Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm

- **Decreto nº 6.170, de 25 de Julho de 2007** – Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm

- **Decreto nº 8.241, de 21 de Maio de 2014** – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8241.htm

6- LOGÍSTICA

- **MCASP** - Manual de contabilidade aplicada ao setor.

Link:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

- **NBC TSP 07, de 22 de Setembro de 2017** – Norma Brasileira de contabilidade.

Link:

<https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP07.pdf>

- **NBC TG 27**– Ativo Imobilizado

Link:

[http://www.normaslegais.com.br/legislacao/NBCTG27\(R4\).pdf](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/NBCTG27(R4).pdf)

7- DEPARTAMENTO PESSOAL

- **Lei nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008** – Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

- **Lei nº 12.772, de 28 de Dezembro de 2012** – Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm

- **Decreto nº 8.241, de 21 de Maio de 2014** – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8241.htm

- **NR 4** – Serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho.

Link:

<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-4-nr-4>

- **Leis trabalhistas CLT**, lei após reforma trabalhista nº 13.467/17

Link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm

- **Convênções coletivas**

- **Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.**

8- CONTABILIDADE

- **Lei nº 11.638, de 28 de Setembro de 2007** – Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm

- **Lei nº 11.941, de 27 de Maio de 2009** – Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nos 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nos 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nos 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nos 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de

2005; e dá outras providências..

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm

- **TG 1000** – Norma Brasileira de contabilidade

Link:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/nbc-tg-1001-2021.htm>

- **ITG 2002** – Entidade sem fins lucrativos

Link:

<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1409-2012.htm>

- **Normas e regulamentos do Ministério Público do Estado de Goiás.**

Link:

<http://www.mpggo.mp.br/portal/pagina/legislacao>

9- JURIDICO

- **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20construir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o.

- **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966** – Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm

- **Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990** – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

- **Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

- **Lei nº 8.958, de 20 de Dezembro de 1994** – Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm

- **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002** – Institui o Código Civil.
Link:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm
- **Decreto-Lei nº 5.452, de 01 de Maio de 1943** – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
Link:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
- **Decreto nº 8.241, de 21 de Maio de 2014** – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, para dispor sobre a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.
Link:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8241.htm

10- TV

- **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20construir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o

- **Lei nº 2.083 de 12 de Novembro de 1953** – Regula a Liberdade de Imprensa.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2083.htm

- **Lei nº 8.089 de 30 de Dezembro de 1991** – Institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8389.htm

- **Lei nº 8.977, de 06 de Janeiro de 1995** – Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm

- **Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997** – Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9472.htm

- **Lei nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998** – Altera, atualiza e consolida a

legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm

- **Lei nº 9.637, de 15 de Maio de 1998** – Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm

- **Lei nº 10.359, de 27 de Dezembro de 2001** – Dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110359.htm

- **Lei nº 11.652, de 07 de Abril de 2008** – Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11652.htm#:~:text=Institui%20os%20princ%C3%ADpios%20e%20objetivos,1966%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

- **Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015** – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

- **Lei nº 13.417, de 01 de Março de 2017** – Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm

- **Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018** – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

- **Decreto-Lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967** – Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm

- **Decreto nº 5.396, de 21 de Março de 2005** – Regulamenta o art. 19 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre o recebimento de recursos e a veiculação de publicidade institucional por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa, e dá outras providências.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/D5396.htm

- **Decreto nº 10.326, de 24 de Abril de 2020** – Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro

de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução do serviço de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão.

Link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.326-de-24-de-abril-de-2020-254003228>

- **Decreto nº 10.405, de 25 de Junho de 2020** – Altera o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovado pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, o Decreto nº 5.820, de 29 junho de 2006, o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, e o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Rádio na Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto nº 9.942, de 25 julho de 2019, para dispor sobre a execução dos serviços de radiodifusão e o processo de licenciamento de estações de radiodifusão.

Link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2020/decreto/D10405.htm#art11

- **Decreto nº 52.795, de 31 de Outubro de 1963** – Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d52795.htm

- **Portaria nº 651, de 08 de Janeiro de 2021** – Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

Link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-651-de-8-de-janeiro-de-2021-298262949>

- **Portaria nº 925, de 08 de Julho de 2021** – Dispõe sobre a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios.

Link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-925-de-8-de-julho-de-2021-330973177>

- **Portaria nº 1.220, de 06 de Novembro de 2019** – Altera a Portaria MC nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, que contém regras para instalação de estação transmissora, estúdios e centros de produção de programas.

Link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-5.589-sei-de-6-de-novembro-de-2019-227382412>

- **Portaria nº 1.709, de 04 de Setembro de 2019** – Aprova o Procedimento de Fiscalização de Radiovideometria. Processo nº 53500.001800/2013-04.

Link:

<https://informacoes.anatel.gov.br/legislacao/procedimentos-de-fiscalizacao/1346-portaria-1709>

- **Portaria nº 5.589, de 06 de Novembro de 2019** – Altera a Portaria MC nº 26, de 15 de fevereiro de 1996, que contém regras para instalação de estação transmissora, estúdios e centros de produção de programas.

Link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-5.589-sei-de-6-de-novembro-de-2019-227382412>

- **Resolução nº 721, de 11 de Fevereiro de 2020** – Destina faixas de radiofrequência e aprova o Regulamento sobre Canalização e Condições de

Uso de Radiofrequências para os Serviços de Radiodifusão e seus Ancilares.

Link:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-721-de-11-de-fevereiro-de-2020-242818759>

- **ABNT NBR 15.601, 15.602, 15.603, 15.604, 15.605, 15.606, 15.607 e 15.608**
– Dispõe sobre o sistema de transmissão do sistema brasileiro de televisão digital terrestre (SBTVD), compreendendo o sistema de codificação de canal e modulação, e descrevendo o processamento de sinal no modulador e os processos de demodulação na recepção.

Link:

<https://www.abnt.org.br/>

- **Recommendation ITU-R P.1546-1** – Method for point-to-area predictions for terrestrial services in the frequency range 30 MHz to 4 000 MHz.

Link:

https://www.itu.int/dms_pubrec/itu-r/rec/p/R-REC-P.1546-1-200304-S!!PDF-E.pdf

- **Sistemas interativos Anatel**

Link:

https://www.gov.br/anatel/pt-br/canais_atendimento/sistemas